Alternativas para a capitalização dos juros

por Reginaldo Heller
do Rio

Se nada de concreto e definitivo resultou dos encontros do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, com as autoridades norte-americanas, entre elas o presidente do Federal Reserve, (o Fed, banco central do EUA), Paul Volcker, ao menos uma idéia pode germinar: o rebate fiscal dos bancos credores junto ao Tesouro americano, sempre que as taxas de juros se elevarem acima de um nível considerado suportável pelos países devedores. A idéia foi discutida por Pastore e alguns dos principais bancos credores e poderá ser retomada na próxima reunião dos países da América Latina para tratar da dívida externa da região.

A proposta inicial era, segundo fontes dos bancos estrangeiros no Rio, obter um rebate de 100% do imposto de renda norte-americano para compensar uma limitação de juros abaixo das taxas efetivas de mercado. A tese, em princípio, teria sido rejeitada porque exigiria aprovação do Congresso americano. Contudo, há, ainda, margem de negociação através de créditos fiscais parciais e paralelos aos prazos de capitalização dos juros.

Segundo apurou este jornal, Pastore encontrou for-

te resistência dos banqueiros americanos à tese de capitalização integral dos juros ou fixação de limites, independentes das flutuações de mercado. Mas reconheceu que há campo fértil para negociações alternativas, as quais, forçosamente, terão de incluir o governo americano. Mas, segundo opinião de um representante de banco estrangeiro, essas negociações somente serão aceleradas a partir de uma definição política no Brasil. Ouvido por este jornal, o vice-presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira, com fácil trânsito nos meios financeiros internacionais, explicou que, talvez, por isso, o governo brasileiro está interessado em aumentar substancialmente suas reservas cambiais. Afinal, não se sabe, exatamente, quando serão feitos os novos acordos e quais as necessidades efetivas de dinheiro novo, se de US\$ 3 bilhões ou mais.

Essa mesma preocupação parece dominar os centros de decisão política em Brasília. O acerto da dívida externa e o processo sucessório estão intimamente ligados e o fator tempo é, hoje, fundamental. Há, até, quem admita a possibilidade de um "jumbotampão", enquanto um novo governo conclui um acerto definitivo com os credores.